

TERRA, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO: O FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO NA MESORREGIÃO DO SERTÃO DE ALAGOAS

Edilma José da Silva¹

Resumo

Este artigo é fruto dos primeiros apontamentos da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEO/UFS e tem como objetivo refletir sobre os impactos socioterritoriais do fechamento das escolas em Territórios Camponeses na mesorregião do Sertão de Alagoas, as quais mesmo não estando integradas a uma educação *do campo* representam a possibilidade de permanência do sujeito no território camponês, uma vez que a proposta de escolarização no lugar onde se vive pode contribuir para o fortalecimento dos laços com a terra. Na busca por compreender a realidade que apreende as escolas no campo no Sertão de Alagoas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Educação do Campo, Fechamento de Escolas, Territórios Camponeses

LAND, TERRITORY AND EDUCATION: THE CLOSING OF SCHOOLS IN THE FIELD IN MESOREGION ALAGOAS SERTÃO

Abstract

This article is the result of the first notes of the master's research developed at the Postgraduate Program in Geography of the Federal University of Sergipe-PPGEO/UFS and aims to reflect on the socio-territorial impacts of the closure of schools in peasant territories in the mesoregion of the backwoods of Alagoas, which although not being integrated to a rural education, represent the possibility of the man's stay in peasant territory, since the school proposal in the place where one lives can contribute to the strengthening of ties with the land. In seeking to understand the reality that captures the schools in the countryside in the backwoods of Alagoas, there was a bibliographical and documentary research.

Key-words: Rural Education, Closure of schools, Peasants territories.

¹ Estudante de Mestrado em Geografia – NPGEO/UFS – Campus de São Cristóvão/SE. Bolsista do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Email: edilma.geoufal@gmail.com.

Introdução

Este artigo é um ensaio inicial das primeiras reflexões da proposta do projeto de pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS e tem como objetivo refletir sobre os impactos socioterritoriais do fechamento das escolas em territórios camponeses na mesorregião² do Sertão de Alagoas.

O trabalho é significativamente relevante por se tratar de um tema atual no Brasil e em especial no Estado de Alagoas que, apesar de estar em debate, é grande o embate dos camponeses junto às diversas esferas da sociedade na luta pela permanência das escolas no campo, pois a Educação do/no Campo ainda não se configura como um fato, mas como um fator de possibilidades, um fenômeno em construção.

As escolas que resistem nos territórios camponeses no Sertão de Alagoas estão sendo fechadas e esse é só mais um dos entraves da questão educacional em Alagoas, a qual já dispõe de tantos problemas tanto no campo quanto na cidade, perpassando pelo sucateamento das escolas, principalmente as localizadas no campo, a falta de laboratórios para dinamização das aulas e principalmente o reduzido quadro de profissionais (professores(as), zeladores(as), merendeiros(as), etc.) efetivos para atuar nos espaços escolares, sobretudo no campo. Essa problemática evidencia a negligência governamental da qual a educação pública em Alagoas, seja estadual ou municipal, se tornou alvo.

Uma pesquisa bibliográfica e documental foi realizada na busca por ler essa realidade e refletir sobre os impactos socioterritoriais que o fechamento dessas escolas tem causado na região supracitada.

² Mesorregião é uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elementos da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 1990, p. 8).

Um breve histórico da questão da terra no Brasil e em Alagoas

A luta pela terra no Brasil é um fato histórico que nos remete a meados do século XVI, mais especificamente à chegada do colonizador europeu e, com ele, a exploração dos povos nativos e dos mais extensos territórios. Da opressão a que foram submetidos os povos indígenas, os negros trazidos da África, o trabalhador livre e os imigrantes se desencadearam a luta pela terra e as mais diversas guerras contra o latifúndio.

Para compreender como se desenhou a estrutura fundiária brasileira, faz-se necessário uma análise do regime de apropriação e expropriação de terras que fora introduzido no Brasil, bem como de suas singularidades em relação às demais formas de distribuição e ocupação de terras, para podermos então compreender as formas de resistência empreendidas pelos camponeses, uma vez que se torna inviável falarmos da resistência sem mencionarmos antes a opressão.

O problema da terra no Brasil é histórico, tem início ainda no período colonial, especificamente no ano de 1530 com a criação das capitânicas hereditárias e do sistema de sesmarias³.

A doação de terras em sesmarias, embora estas não dessem o domínio, mas tão-somente a posse a seu titular, provocou o processo de sua ocupação e apropriação, sob a égide da grande propriedade, e definiu um processo de dominação do latifúndio que ainda hoje ocorre no país. (ANDRADE, 2004, p. 54).

A distribuição de terras em sesmarias era um processo legal, realizado pelos donatários, os quais reservavam para si uma parte das terras e doavam as demais para aquelas pessoas influentes, detentoras de recursos financeiros e que fossem de religião cristã.

No Estado de Alagoas, as sesmarias foram concedidas desde os fins do século XVII para princípios dos seguintes (DIÉGUES JUNIOR, 2002, p. 41) e essas foram doadas apenas àqueles que detinham posses, ou seja, alguns poucos burgueses, por isso, esse sempre foi, e continua sendo, um Estado comandado pela aristocracia latifundiária.

³ Consistia na doação gratuita de terras em abundância a quem possuísse os meios para cultivá-la. Disponível em: http://201.55.54.204/produtos/spp/v11n02/v11n02_02.pdf.

Em 1822 o sistema de sesmarias foi finalizado e posteriormente, em setembro de 1850, foi promulgada a Lei de Terras, a qual tinha como finalidade, segundo Andrade (2004), “defender os “direitos” da elite latifundiária agrária exportadora, estabelecendo o processo de compra e venda para aquisição de propriedades”.

Foi nesse esfuziante cenário que em meados do século XX, a resistência camponesa se organizou e revelou-se em diversas formas de movimentos. Primeiro surgiram as Ligas Camponesas, depois a Comissão Pastoral da Terra – CPT, com ela o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e com ele a luta pela terra e pela educação do campo.

A região Nordeste tem papel importante nessa evolução e o Estado de Alagoas, especificamente, foi e continua sendo palco da territorialização desse e de outros movimentos sociais do campo.

Os assentamentos rurais que estão territorializados em Alagoas são inúmeros e tal realidade está pautada numa distribuição historicamente desigual de terras visto que um número mínimo de famílias são proprietárias de extensas porções de terras. A concentração de terra, riqueza e poder nas mãos de meia dúzia de famílias revelam elementos que fazem parte da realidade que assola a sociedade alagoana e que de modo bastante significativo influenciou desde o período colonial no processo excludente da grande massa populacional e, conseqüentemente, propiciou o surgimento no Estado de Alagoas dos movimentos sociais por reforma agrária. Para Alentejano (2012):

Onde as lutas camponesas foram capazes de se impor aos anseios monopolistas do latifúndio, a estrutura fundiária é mais democrática; mas onde o poder do latifúndio prevaleceu sobre as lutas camponesas, a concentração fundiária é intensa (ALENTEJANO, 2012, P. 353).

Em Alagoas a intensa concentração fundiária é o retrato das relações sociais desse Estado, as quais se sustentam através da frágil organização popular, do baixo nível de conhecimento da população e do uso demagógico das mazelas sociais por boa parte dos representantes políticos.

Essas peculiaridades contribuem para que Alagoas ocupe a posição de estado mais pobre do Brasil, com a menor renda média mensal *per capita* e a maior proporção de pobres, cujas oportunidades de emprego se dão num mercado desestruturado e vulnerável e as condições de vida são marcadas pela precariedade social (educação, saúde, saneamento básico, telecomunicações, etc.) (URANI, 2005, p. 2).

Na educação, por exemplo, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD é significativo o fato da taxa de analfabetismo da população urbana do estado de Alagoas, ter aumentado em 2012, para 4,22%, bem como ter havido um decréscimo nas taxas de analfabetismo da população rural de - 4,65 a qual é justificada pelo crescimento nas taxas do êxodo rural, o que também justifica o acréscimo na taxa de analfabetismo da população urbana⁴.

Apesar da longa história de luta dos Movimentos Sociais do Campo radicados em Alagoas, reeditam-se limites de diversas ordens: políticas agrícolas excludentes, negação dos direitos e liberdades políticas, repressão, fome, desemprego, migração do campo para a cidade. A democracia nas relações sociais mantém-se no limite da formalidade: se “oferece” ao povo o “direito” do voto, se “concede” a posse da terra (no caso das famílias assentadas), por exemplo, como oportunidades desses sujeitos serem denominados “cidadãos”. Mas os mesmos permanecem à margem das condições mínimas de existência, revelando os limites da democracia e cidadania burguesas (Cêa; Silva; Silva, 2014, pg. 624)

Em Alagoas as lutas foram intensas e entre 1979 e 2012, segundo informações do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA (2013), os movimentos socioterritoriais em Alagoas conquistaram cerca de 173 Projetos de Assentamentos- PA's, e tiveram 12.759 famílias assentadas em uma área total de 111.448 hectares, distribuídos entre os seus 102 municípios, porém, não são contemplados nesses dados os significativos números de *acampamentos*⁵, os quais podem ser identificados durante qualquer trajeto feito pelas rodovias alagoanas. Desses 173 assentamentos 34 estão localizados na mesorregião do sertão de Alagoas, região que tem sido historicamente palco de luta dos Movimentos Sociais e

⁴ Informação disponível na página eletrônica do governo de Alagoas: <http://informacao.seplande.al.gov.br/artigos/2013122/pnad-2012-indica-decrescimo-no-analfabetismo-rural-alagoas>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

⁵ (...) espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização dos sem terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações (FERNANDES, 1993 apud, FELICIANO, 2006, p. 109).

sujeitos sociais que (re)criam suas estratégias para garantir sua permanência no território.

Resistir e permanecer nos territórios de acampamento e assentamentos da reforma agrária no sertão de Alagoas em meio a tantas disputas territoriais, entre latifundiários e trabalhadores, tem sido um desafio para os participantes dos movimentos sociais do campo, visto a falta de iniciativa do Estado no desenvolvimento de política pública de incentivo a permanência desses no campo.

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social (TEIXEIRA, 2002, p. 3).

O sertão de Alagoas tem sido durante muito tempo espaço de luta e resistência na e pela terra, visto que “o município de Inhapi, localizado no alto sertão alagoano, foi o berço do MST” (FERNANDES, 1999, p. 97).

No Sertão Alagoano, no dia 26 de janeiro de 1987, aconteceu a primeira ocupação de terra organizada pelo MST. Os sem-terra entraram na fazenda Peba, no município de Delmiro Gouveia. A decisão para ocupar a fazenda derivou de um conflito entre o grileiro e 66 famílias que haviam feito um *arrendamento de boca* de uma parte da fazenda em 1985. Nesse tempo, o Governo apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária (FERNANDES, 1999, p. 97).

Após quase 30 anos de conflitos e muita resistência, mesmo os trabalhadores rurais que foram assentados, na mesorregião do sertão de Alagoas na década de 1980, continuam em uma realidade distante de uma vida digna no campo e o descomprometimento do Estado na criação de programas e projetos de intervenção, beneficiamento e incentivo para permanência desses sujeitos no campo é um salutar agravante na tomada de decisão de sair do campo para a cidade em busca de dias melhores. Essa situação se torna ainda mais complexa com o fechamento das escolas do campo.

O fechamento das escolas do campo no Sertão de Alagoas

Alagoas obteve nos últimos anos os piores indicadores educacionais do país, tendo o maior percentual de analfabetos, tanto no campo quando na cidade e, tendo

sido em 2012, o Estado brasileiro com pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (MEC, 2013)⁶.

Os problemas que envolvem o Estado de Alagoas são os mais diversos, como a concentração fundiária, o desemprego, a violência, o analfabetismo e tantos outros e, em meio à essas problemáticas, observamos no atual momento da história alagoana, o fechamento das escolas no campo, escolas que não estão integradas a uma educação *do* campo, mas representam a possibilidade de permanência do sujeito no território camponês, visto que a escolarização pode contribuir para o fortalecimento dos laços com a terra. Os números que representam esse processo são preocupantes, “24 mil escolas foram fechadas no Brasil entre 2002 e 2009”, de acordo com Rossi (2014, p. 40).

A escola do campo se coloca o desafio de conceber e desenvolver uma formação contra hegemônica, ou seja, de formular e executar um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora, o que exige a formação integral dos trabalhadores do campo, para promover simultaneamente a transformação do mundo e a autotransformação humana (MOLINA E SÀ, 2012, p. 325).

E também:

A escola tem sido objeto central das lutas e reflexões pedagógicas da educação do campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, como mediação fundamental, hoje, na apropriação e produção do conhecimento que lhes é necessário, mas também pelas relações sociais perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta (CALDART, 2012, p. 262).

No que concerne a realidade do Estado de Alagoas, essa problemática toma rumos ainda mais discrepantes quando se remete a educação no campo, pois segundo dados dos Indicadores Demográfico Educacionais do Ministério da Educação⁷ (MEC, 2014) em um período de 7 anos foram fechadas 431 escolas do campo das redes municipais de ensino.

Após décadas de lutas por conquistas no âmbito educacional, cujas reivindicações foram atendidas em parte – o que permitiu a consolidação da pauta – o fechamento das escolas vão no sentido contrário do que parecia cristalizado (ALBUQUERQUE, 2011, p. única).

⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 27/01/2014

⁷ Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2014/estados/relatorio/uf/27> acesso em: 15/01/2015.

Nesse sentido, fechar escolas no campo é violentar as conquistas dos trabalhadores que levantaram e levantam a bandeira e lutaram pela construção de escolas no campo.

De acordo com informações acessadas em sítios eletrônicos, algumas denúncias⁸ foram realizadas pelos camponeses residentes em algumas áreas do Sertão de Alagoas, segundo eles várias escolas estão sendo fechadas desde o ano de 2011 na região. Ainda de acordo com as comunidades camponesas, entre os anos de 2010 e 2011, duas escolas no campo foram fechadas no município de Igaci, sertão de Alagoas, por determinação do prefeito do município, o qual ainda decidiu que as famílias não poderiam utilizar a escola para realizar reuniões de base, mesmo a escola estando dentro do território camponês e tendo o terreno sido doado pela própria comunidade para a sua construção. Diante desse fato é preciso questionar a maneira como tem se dado o fechamento dessas escolas, na busca por compreender suas causas, refletir sobre os impactos socioterritoriais que isso causará e buscar estratégias para coibir essa ação.

Para Caldart, a presença da escola no campo se apresenta como elemento base para o fortalecimento dos trabalhadores em seus territórios.

A escola tem sido objeto central das lutas e reflexões pedagógicas da educação do campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, como mediação fundamental, hoje, na apropriação e produção do conhecimento que lhes é necessário, mas também pelas relações sociais perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta (CALDART, 2012, p. 262).

Com o fechamento dessas escolas as crianças e jovens precisam se deslocar vários quilômetros para chegar até a cidade mais próxima e poder estudar, pois passam a depender de transporte público o que causa transtornos para as famílias, devido muitas vezes as condições de sucateamento dos transportes oferecidos. A Portaria Ministerial nº 955, de 21 de junho de 1994, criou o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE ou PNATE),

⁸ Disponível em: <http://palavradejovemrural.blogspot.com.br/2011/02/camponeses-denunciam-fechamento-de.html>. Acesso em: 20/07/2014.

[...] com o objetivo de contribuir financeiramente com os municípios e organizações não-governamentais para a aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública de ensino fundamental residentes na área rural e das escolas de ensino fundamental que atendam alunos com necessidades educacionais especiais. (FNDE, 2010).

A proposta e criação do programa foi relevante, porém a realidade dos transportes escolares que leva todos os dias crianças e jovens do campo para estudar na cidade, em alguns municípios do sertão de Alagoas, é adversa, visto que os estudantes continuam a ser transportados de forma precária, em ônibus velhos e sucateados, colocando a vida dos estudantes em risco.

A utilização de caminhão pau-de-arara para o transporte de estudantes é comum nessa região e a falta de manutenção e adequação do transporte para realização do serviço motivou, segundo informações da página eletrônica de notícias⁹ da região no capotamento e falecimento de uma menina de nove (9) anos de idade que seguia com cerca de vinte (20) crianças com idades entre 04 e 11 anos de idade para uma escola em um povoado circunvizinho.

Diante das dificuldades impostas e da irresponsabilidade do governo do Estado e prefeitos dos municípios dessa mesorregião, as opções que restam para essas famílias é permitir que os estudantes utilizem-se do transporte oferecido para chegar até a escola, mesmo diante do risco de vida, uma vez que a segunda opção é retirar suas crianças do campo e leva-las para morar na casa de parentes na cidade, vislumbrando com isso o acesso de seus filhos à escola.

Essa tomada de decisão é complexa, visto que as “luzes” da cidade podem atrair os olhares desses jovens e trazer-lhes a ilusão de que a vida na cidade é melhor.

Pensando nessa realidade que se alavanca a cada dia em Alagoas e que é escamoteada pelos representantes legais do estado e pela mídia é que o estudo se apresenta, debruçando-se sobre a educação do/no campo enquanto um projeto contra hegemônico de desenvolvimento para o campo, bem como uma estratégia de permanência e resistência dos jovens no campo a partir do oferecimento de uma educação diferenciada, capaz de valorizar o sujeito que vive do/no campo.

⁹ Disponível em: <http://minutosertao.com.br/noticia/9543/2014/12/10/caminho-que-transportava-cerca-de-20-estudantes-capota-e-mata-criana-de-9-anos>> Acesso em: 12/12/2014.

É preciso educar para um modelo de agricultura que inclui os excluídos, que amplia os postos de trabalho, que aumenta as oportunidades do desenvolvimento das pessoas e das comunidades e que avança na produção e na produtividade centradas em uma vida mais digna para todos e respeitadora dos limites da natureza (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2009, p. 13).

Para Kolling, Cerioli e Caldart:

A educação é um direito social e o conceito *do/no* campo está associado em primeira instância ao direito do povo de ser educado e se educar *no* lugar onde vive, associa-se a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, uma educação que possua vínculo com a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais, a qual possa ser assumida na perspectiva de continuação da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal, que não deve ser tratada nem como serviço e nem como política compensatória e muito menos como mercadoria (2002, P. 26).

Segundo Morigi (2003, p. 57) “as primeiras iniciativas educacionais realizadas nas ocupações e acampamentos, ocorreram na década de 80, com o Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos, em Julho de 1987, em São Mateus, no Espírito Santo”, objetivando começar a discutir uma articulação nacional do trabalho que já se desenvolvia em vários estados.

Nos territórios camponeses alagoanos, especialmente na região do sertão, além do fechamento das escolas que vem ocorrendo há também uma precariedade estrutural das escolas que resistem, (algumas são improvisadas em galpões ou salões usados para encontros e reuniões das comunidades) não dando condições ao professor de ministrar aulas de modo adequado.

As turmas multiseriadas, da forma como são constituídas torna inviável a qualidade do ensino, à medida que aglomera estudantes em um espaço físico deficiente, reduzido as quatro primeiras séries do ensino fundamental e sustentado, muitas vezes, pela disponibilidade de professores que se responsabilizam pelo ensino, na perspectiva de mudar o quadro desigual da educação no campo.

Segundo Ribeiro (2010, p. 39), “[...] essa modalidade de escolarização aparece como apêndice da legislação educacional pelo menos até os anos de 1990 e é identificada como educação rural, historicamente oferecida aos filhos dos agricultores”. “[...] A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro”, como afirma Arroyo, Caldart e Molina (2009, p. 10) e

tem pressa de ser tratada como primordial e constituinte de um projeto de desenvolvimento territorial, pois à medida que o ser social toma consciência, através do conhecimento, de qual seu papel e seu lugar no mundo, novos caminhos são abertos para a construção de uma sociedade mais justa e de uma vida digna para população.

Na raiz desse processo de desenvolvimento e construção de uma educação diferenciada para o campo é necessário perceber as suas fragilidades e a necessidade de se elaborar políticas públicas eficientes para mudar ou moldar o modelo de desenvolvimento vigente.

Como afirma Mészáros (2005, p. 27) “é necessário [...] a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”, que ultrapasse as amarras do mercado e proporcione ao filho do trabalhador o conhecimento sobre si mesmo, sobre o seu lugar, sobre sua gente, uma escola do campo que permita fazer do filho do agricultor um doutor sem deixar que ele se perca de suas origens, sem retirá-lo da terra¹⁰. “*Quando eu crescer eu quero ser doutor e plantar feijão de corda*” (MST, 2011), esse é um depoimento de Cauã, um menino de 7 anos de idade, filho de agricultores e residente no assentamento Rosa Luxemburgo no município de Girau do Ponciano / AL. A fala dele só fortalece ainda mais a importância de se ter uma escola *no* campo que respeite e vivencie a geografia cotidiana dos alunos e que crie neles o sentimento de pertencimento e de afetividade ao seu lugar¹¹ de origem, nesse caso o campo, a terra.

Nesse sentido, é preciso analisar a realidade a qual as escolas nos territórios camponeses da mesorregião do sertão de Alagoas estão inseridas, pensando a educação do/no campo como uma das estratégias de transformação dessa realidade, numa perspectiva de permanência e resistência dos jovens em seu lugar de origem, sem que necessitem sair da terra para conquistar um lugar social que é seu por direito. Pois resistir é o ato de reescrever com caligrafia colorida a história dos oprimidos.

¹⁰ O termo aqui está relacionado ao meio rural, ao lugar de origem do sujeito.

¹¹ O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida / conhecida / reconhecida em todos os cantos. (CARLOS, 2007, P.17)

Reflexões Finais

A luta dos trabalhadores por terra e educação no Brasil é histórica e nem os ditos “melhores governos” solucionaram tal questão. Mesmo a Constituição Federal assegurando a todos os sujeitos uma educação pública e gratuita, essa não foi, desde o princípio, garantida a todos os cidadãos. É fato que ainda nos dias de hoje os excluídos pelo sistema são muitos, sendo os sujeitos do campo, especialmente, os escolhidos para ocupar as margens do mesmo. Um sistema onde o poder do capital é predominante, onde quem detém bens solváveis degusta a vida e quem dele não dispõe é refém dela.

A problemática que norteou esse estudo debruçou-se sobre o fechamento das escolas nos territórios camponeses do sertão de Alagoas o qual evidencia no decorrer do trabalho apresentado que as condições educacionais às quais estão submetidos os trabalhadores, são complexas, devido à falta de escolas nesses territóriosou mesmo ao fechamento das escolas existentes, bem como o desinteresse político pela causa.

Quando se trata de socializar conhecimento, nas poucas escolas existentes no campo, essa socialização tem que acontecer em meio a espaços precários de trabalho, com estruturas inapropriadas, tornando-se um desafio diário para os professores, os quais acabam por não conseguir atender adequadamente as necessidades de aprendizagem de seu alunado.

Além disso, o estudo também demonstrou que esse acesso às escolas da cidade fica inviável, visto o sucateamento dos transportes utilizados para levar e trazer as crianças do campo para a escola e da escola para o campo, além disso existe uma outra questão que precisa ser considerada, a qual se relaciona as chuvas, pois no período chuvoso as estradas de barro se transformam em lama e a travessia diária torna-se um transtorno.

A construção ou manutenção de escolas *no* campo em Alagoas é um processo embrionário que necessita de muita luta por parte dos Movimentos socioterritoriais e de comprometimento governamental. É importante ressaltar que as conquistas do MST por educação do campo em Alagoas são ínfimas se comparadas a outras regiões do Brasil.

Ter escolas nos territórios camponeses significa oferecer ao sujeito do campo o direito à educação, o direito ao conhecimento, disponibilizar a este a oportunidade de desenvolvimento social e econômico em conjunto com a valorização cultural. Significa garantir-lhe dignidade, sem a necessidade de se deslocar de seu lugar de origem e de perder sua identidade, criada junto à terra.

É por todas as discrepâncias visíveis na sociedade alagoana, e na busca por uma educação para transformação social e para o desenvolvimento de uma consciência política nos jovens que vivem nos territórios camponeses que esse estudo se justifica. Discutir essas questões através de um olhar ampliado e diferenciado da realidade que vivenciamos, na busca por propostas que viabilizem a permanência do jovem no campo, de modo digno, é um novo desafio a encarar.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luiz F./2011. **Fechamento de 24 mil escolas do campo é retrocesso**, afirma dirigente do MST. Disponível em: www.brasildefato.com.br/node/6734. Acesso em: novembro de 2014.

ALENTEJANO, Paulo. Estrutura Fundiária. In: Caldart, R.S.; Pereira, I.B.; Alentejano, P.; Frigotto, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Questão do território no Brasil**. 2 edição. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. (org.). **Por uma educação do campo**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: Caldart, R.S.; Pereira, I.B.; Alentejano, P.; Frigotto, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Labur Edições, 85p, 2007.

CÊA, Georgia S. S.; Silva, Camila F.; Silva, Edilma J. Educação do Campo e Desenvolvimento Econômico em Alagoas: problematizando a escassa pesquisa e

mapeando a situação. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 615-636, maio/ago. 2014.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**: Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2. Edição. Prefácio de Gilberto Freire. Maceió, EDUFAL, 2002.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em São Paulo. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, v. 93, n. 2, 1999.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde**: a reforma agrária no Brasil. 1 ed. editora contexto São Paulo, 2006, 205p.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação / Transporte Escolar / Dados Estatísticos. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/transp-dados-estatisticos>> Acesso em: 19/07/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências – DGC. Departamento de Geografia – DEGEO. Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Rio de Janeiro, RJ – Brasil, 1990.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R.S. (org.) **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MORIGI, Valter. **A escola do MST**: uma utopia em construção. Porto Alegre: Mediação, 2003.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa marcha, nossa casa, nossa vida**. Maceió: Edufal, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. In: Caldart, R.S.; Pereira, I.B.; Alentejano, P.; Frigotto, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP Coordenação: GIRARDI. E. P.; VINHA, J. F. S. C.; - Presidente Prudente,

São Paulo. Dezembro de 2013. DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil, 2012.**

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana.** 1. Edição – São Paulo: Expressão popular, 2010.

ROSSI, Rafael. **Educação do campo: questões de luta e pesquisa.** – 1 Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** AATR-BA. 2002

URANI, André. **Um diagnóstico socioeconômico do Estado de Alagoas a partir de uma leitura dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (1992-2004).** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Maceió, 2005, p. 1-15. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/Um_diagnostico_socioeconomico_do_estado_de_alagoas.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2010.

Recebido em Junho de 2015.

Publicado em Setembro de 2015.